

KoraSaúde

KORA SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

CNPJ. nº 13.270.520/0001-66

<

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Receita bruta de serviços	-	-	2.411.204	2.167.425
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(20.161)	(17.201)
	-	-	2.391.043	2.150.224
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais e medicamentos	-	-	(469.671)	(403.650)
Serviços de terceiros	(352)	(21.293)	(560.686)	(535.906)
Utilidades e serviços	-	-	(163.123)	(122.626)
Viagens e hospedagens	(51)	(3.553)	(16.358)	(4.072)
Outras receitas (despesas)	(751)	(2.267)	15.915	5.531
Valor adicionado bruto gerado (aplicado) pela Companhia	(1.154)	(27.113)	1.197.120	1.089.501
Valor adicionado bruto	(1.154)	(27.113)	1.197.120	1.089.501
Depreciação e amortização	(1.085)	(71)	(167.571)	(124.070)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	(2.239)	(27.184)	1.029.549	965.431
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(40.454)	13.181	3.916	2.617
Receitas financeiras	14.213	36.412	36.305	65.604
Valor total adicionado distribuído	(28.480)	22.409	1.069.770	1.033.652
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores	(22.429)	(41.828)	(578.846)	(564.221)
Remuneração direta e benefícios	(5.742)	(7.729)	(562.159)	(530.122)
Stock options	(16.687)	(34.099)	(16.687)	(34.099)
Impostos	-	-	(175.501)	(125.445)
Impostos sobre serviços	-	-	(151.517)	(120.696)
Impostos sobre o lucro	-	-	(24.084)	(4.749)
Remuneração de capitais de terceiros	(116.715)	(88.169)	(473.392)	(438.454)
Despesas financeiras	(116.715)	(88.169)	(459.224)	(425.831)
Aluguéis	-	-	(14.168)	(12.623)
Remuneração de capitais próprios	167.624	107.588	158.069	94.468
Participação de acionistas controladores no prejuízo retido	167.624	107.588	167.624	107.588
Participação de acionistas não controladores no prejuízo retido	-	-	(9.555)	(13.120)
Valor adicionado distribuído	28.480	(22.409)	(1.069.770)	(1.033.652)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				
NOTAS EXPLICATIVAS				
Da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				

1. Contexto operacional

A Kora Saúde Participações S.A., (“Kora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Desembargador Santos Neves, Nº 207, Vitória - Espírito Santo. A Companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) sob o código KRS3A3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Kora e suas Controladas e Coligadas (“Grupo”) e tem por objeto social: (a) participação em outras sociedades não financeiras como sócia, quotista ou acionista; e (b) prestação de serviços hospitalares, tais como: atividades de atendimento hospitalar; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; atividades de atendimento a urgências e emergências; atividade de clínica médica (clínicas, consultórios e ambulatórios); outras atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; serviços de banco de leite materno; serviços de remoções; outras atividades relacionadas com atenção à saúde; planos de saúde; aluguel de imóveis; atividade de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio; atividade de limpeza não especificada anteriormente; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; serviços de bancos de células e tecidos humanos; UTI móvel; outras atividades de atenção ambulatorial; serviços de tomografia; serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; serviços de quimioterapia; atividades de enfermagem; atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral; laboratórios clínicos; atividades de fisioterapia; serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; serviços de ressonância magnética; serviços de radioterapia e hemodinâmica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 27 de fevereiro de 2024. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Indireto, individual e consolidado. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As *IFRS*’s não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, pelas *IFRS*’s, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2. Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da aquisição. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. **(c) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Kora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(e) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Apresentamos a seguir as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas e coligadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Sigla	Empresa	CNPJ	Participação	Atividade	31/12/2023	31/12/2022
HMC/HM	Hospital Meridional Cariacica S.A.	00.625.711/0001-51	Direta	Saúde	94,73%	94,60%
HMS	Hospital Metropolitano S.A.	32.402.414/0001-33	Indireta	Saúde	98,26%	98,43%
HSF	Hospital e Maternidade São Francisco de Assis S.A.	30.779.649/0001-13	Indireta	Saúde	98,67%	98,67%
HSL	Hospital São Luiz S.A.	27.569.847/0001-48	Indireta	Saúde	94,20%	94,20%
HSM/HHSM	Hospital Meridional São Mateus S.A.	10.427.478/0001-56	Indireta	Saúde	98,61%	98,61%
HPC	Hospital Praia da Costa S.A.	39.298.922/0001-62	Indireta	Saúde	95,33%	95,33%
MSU/HHV/HSU	Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda./Meridional Vitória	27.434.992/0001-11	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
HEM	Hemodinâmica Meridional Ltda.	04.668.694/0001-90	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
HSMC	Hospital e Maternidade São Mateus Ltda.	15.016.827/0001-60	Direta	Saúde	100,00%	100,00%
EXC	Excelência Plano de Saúde S.A.	31.763.326/0001-02	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
CADIM	Centro Avançado de Diagnóstico por Imagem Ltda.	04.309.245/0001-56	Indireta	Saúde	50,00%	50,00%
PCD	Praia do Costa Diagnóstico Ltda.	08.272.562/0001-04	Indireta	Holding	51,32%	51,32%
HPM	Hospital Palmas Medical S.A.	12.955.953/0001-92	Direta	Saúde	75,00%	75,00%
HST	Sociedade Hospitalar Santa Thereza Ltda.	25.016.319/0001-36	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%

KORA SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Sigla	Empresa	CNPJ	Participação	Atividade	31/12/2023	31/12/2022
BP	Ilha do Boi Participações S.A.	42.739.608/0001-82	Direta	Holding	97,00%	100,00%
PCP	Praia do Canto Participações Ltda.	34.329.064/0001-52	Direta	Holding	100,00%	100,00%
ICP	Ilha das Caieiras Participações Ltda.	42.739.622/0001-86	Direta	Holding	100,00%	100,00%
IFP	Ilha do Frade Participações Ltda.	42.739.619/0001-62	Direta	Holding	100,00%	100,00%
TP	Itaparica Participações Ltda.	44.201.4150001-07	Direta	Holding	100,00%	100,00%
KORACARD	Kora Card Cartões de Descontos Ltda.	44.201.532/0001-62	Direta	Holding	100,00%	100,00%
TB	Itaciba Participações Ltda.	44.214.272/0001-60	Direta	Holding	100,00%	100,00%
LAP	Laranjeiras Participações Ltda.	44.673.089/0001-22	Indireta	Holding	100,00%	100,00%
ANGIO	Angiocardis - Diagnóstico e Terapêutica Ltda.	04.585.802/0001-61	Indireta	Saúde	95,58%	95,58%
ING	Instituto de Neurologia de Goiânia Ltda.	01.011.865/0001-16	Indireta	Saúde	99,80%	99,40%
CGOT	Centro Goiano de Ortopedia e Traumatologia Ltda.	00.994.015/0001-12	Indireta	Saúde	50,00%	50,00%
CAM	Camburi Participações S.A.	35.542.611/0001-46	Direta	Holding	80,00%	80,00%
HG/GASTRO	Clínica de Endoscopia e Cirurgia Digestiva Dr. Edgard Nadra Ary Ltda.	07.272.404/0001-83	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
HSMF	Hospital São Mateus Ltda.	41.580.077/0001-65	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
OTOSAUDE	Otosau de Patrimonial Ltda.	42.432.133/0001-87	Indireta	Holding	100,00%	100,00%
OTOCLINICA	Hospital Otoloclinica Ltda.	23.443.518/0001-03	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
OTOIMAGEM	Otoimagem Diagnósticos S.A.	07.824.131/0001-32	Indireta	Saúde	90,00%	90,00%
OTOLAB	Otolab Medicina Diagnostica Ltda.	24.862.986/0001-77	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
OTOCARDIO	Otocardio Serviços Médicos Ltda.	22.822.632/0001-73	Indireta	Saúde	50,00%	50,00%
OTOHOME	Otohomecare Residence - Assistência Domiciliar Ltda.	30.952.367/0001-76	Indireta	Saúde	60,00%	60,00%
SLP	Santa Lúcia Participações Ltda.	38.044.743/0001-36	Direta	Holding	100,00%	100,00%
MSM	Meridional Serviços de Manipulação Ltda.	42.897.919/0001-70	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
HA	Hospital Anchieta S.A.	02.560.878/0001-07	Direta	Saúde	100,00%	100,00%
CDA	Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.	30.110.749/0001-52	Indireta	Saúde	75,00%	75,00%
TAP	Itapuã Participações Ltda.	44.179.007/0001-98	Indireta	Holding	100,00%	100,00%
IRT	Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.	06.292.778/0001-06	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
IDE	Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda.	02.142.6030001-53	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
HSFB/YUGE	Serviços Hospitalares Yuge S.A.	02.576.1430001-57	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
GDI	Gastroclínica Diagnósticos Especializados Ltda.	01.727.481/0001-02	Indireta	Saúde	89,00%	89,00%
JAP	Jacaraipe Participações Ltda.	45.498.207/0001-76	Direta	Holding	100,00%	100,00%
MEP	Meaie Participações Ltda.	45.498.217/0001-01	Direta	Holding	100,00%	100,00%
CCRI	Centro de Cardiologia e Radiologia Intervencionista Ltda.	02.780.488/0001-42	Indireta	Saúde	100,00%	100,00%
HE	Hospital Encore Ltda.	26.878.439/0001-05	Indireta	Saúde	99,15%	90,75%
SCP	Hospital São Bernardo Ltda.	30.857.198/0001-95	Indireta	Saúde	51,00%	51,00%
CRIO	Oto Crio Oncologia S.A.	48.432.852/0001-84	Indireta	Saúde	75,00%	0,00%

2.3. Informações por segmento: Para fins de análise e gerenciamento das operações da Companhia, foi definido apenas um segmento de reporte, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma Companhia integrada e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Kora concluiu que possui apenas o segmento hospitalar para reporte. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As aplicações financeiras em 2023 possuem remuneração entre 100% e 110% (100% e 105% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.7. Perda de recuperabilidade sobre créditos:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.8. Estoques:** Os estoques são compostos por medicamentos e materiais hospitalares e estão demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo ao valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão. **2.9. Ativo indenizatório (presente no grupo “Outros Ativos”):** Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou determinado em cláusulas que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à mudança de controle serão de responsabilidade dos vendedores e serão reembolsados ou descartadas da parcela a prazo. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado é composto principalmente por beneficiários e equipamentos hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Em anos
Equipamentos hospitalares	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e outros equipamentos	3 a 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado. **2.11. Intangível: Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios e capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Grupo do ativo intangível	Em anos
Software	3

Direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período em troca de contraprestação. **Ativo de direito de uso:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera essas pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na nova mensuração taxas nominais observáveis. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento: A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. **Arrendador:** A receita de arrendamentos operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. A Companhia não identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus subarrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos. **Taxa de desconto:** A Companhia determina sua taxa incremental sobre arrendamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento, e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada, vide nota 14. A Companhia utilizou a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 14. **2.12. Benefícios de empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal nas rubricas de custos de serviços prestados e gerais e administrativas, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Acordos de pagamento baseado em ações:** A Companhia oferece a profissionais chaves (beneficiários) a opção de participar do plano de pagamento baseado em ações, onde o beneficiário no período de *vesting* prestem serviços em troca de títulos patrimoniais da Companhia (ações). O custo da transação é mensurado com base no valor justo na data de outorga do plano e é reconhecido no Balanço Patrimonial da Companhia como despesa durante o período da prestação de serviço, em contrapartida é reconhecido na conta de “Gasto com Emissão de Ações” no patrimônio líquido. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Essas estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Enquanto os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14. Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidad-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A Kora é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na expectativa de perda provável, am



Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da contraprestação adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(b) Testes do ágio para verificação de impairment:** O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua. Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como demonstrados, vide nota 15. A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios (realizada no mínimo uma vez ao ano, conforme necessidade), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma conclui-se que para o exercício de 2023 e 2022 não há indícios de *impairment*. **2.21. Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Componentes de financiamento:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva, é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.22. Pronunciamento novos ou revisados e aplicados pela primeira vez:** A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2023, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: • **CPC 26/ IFRS Practice Statement 2:** Informação das políticas contábeis material a ser divulgada; • **CPC 23/ IAS 8:** Distinção das mudanças nas políticas contábeis de mudanças de estimativas contábeis. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.23. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • **CPC 06/ IFRS 16:** Requisitos na mensuração da responsabilidade de locação em uma transação de *sale and leaseback*; • **CPC 26/ IAS 1:** Classificação de passivos como circulantes ou não circulante; • **CPC 03/ IAS 7 - CPC 40/ IFRS 7:** Acordos de financiamento de fornecedores. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

3. Gerenciamento de riscos

3.1. Riscos Fatores de risco financeiro: As atividades da Kora expõem a diversos riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Kora se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Kora. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Kora. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Kora, para efetuar a gestão de risco global assim como para áreas específicas tais como: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos. **(a) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros:** A Companhia possui empréstimos em moeda local, pré-fixado e/ou pós-fixado (sujeito à flutuação da taxa juros). Empréstimos com juros pré-fixados não são considerados riscos para a Companhia. O risco inerente de empréstimos pós-fixados surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com ratings em âmbito nacional de nível elevado. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado. **(i) Contas a receber de clientes e ativos de contratos:** A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos (contas a receber de clientes a futuro). As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de serviços de seus clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas utilizadas são de perdas históricas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e as recuperações subsequentes são apresentadas na demonstração do resultado. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento. Com os contratos que possui covenants, monitora os principais índices econômicos a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito. **(d) Risco cambial:** Os empréstimos da Companhia foram realizados em moeda nacional (R\$), dessa forma, não há impacto de variação cambial na Companhia. **(e) Análise de sensibilidade:** A Kora possui empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos, principalmente, à flutuação das taxas de juros. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2023, e os cenários II e III levam em consideração um incremento de 25% e 50%, respectivamente, nessa taxa. A análise foi realizada para o período dos próximos 12 meses. Os resultados são como seguem:

Taxas	Cenário I			Cenário II	Cenário III
	atual	25%	50%		
CDI (a.a.)	11,65%	14,56%	17,48%		
TJLP (a.a.)	IPCA+4,62%	IPCA+5,78%	IPCA+6,93%		
Despesas com juros projetadas para 2024 (em milhares)	223.893	279.866	335.840		
Aplicações financeiras	350.080	437.600	525.120		

Os recursos da Companhia serão aplicados em Instituições Financeiras baseadas pelos seus ratings, na escala nacional. Segue abaixo a composição de dívida com instituições financeiras da Companhia, por rating:

31 de dezembro de 2023			
Banco	% Dívida com instituições financeiras	% Aplicações financeiras	National Ratings S&P's
Instrumento à mercado	72,21%	0,00%	-
Banco Itaú	6,15%	0,00%	AAA
Banco Santander	747%	40,47%	AAA
Banco do Brasil	5,58%	2,46%	AAA
Bocom BBM	4,83%	0,00%	AAA
Banco Daycoval	0,00%	34,93%	AA
XP Investimentos	0,00%	1,67%	A
Banco Industrial Brasil	0,00%	14,35%	AA
Bradesco	0,00%	247%	AAA
Outros	3,76%	3,67%	A(bra) e AA (bra)

3.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. **(a) Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A Kora, através das suas coligadas Hospital Meridional e Hospital Anchietta possuem cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se não cumprirem com essas cláusulas restritivas. Os cálculos dos índices atrelados a cláusulas restritivas são avaliados periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram verificados indícios de que as Empresas não serão capazes de cumprir integralmente as condições estabelecidas nos períodos de medição. As cláusulas restritivas aos quais a Kora Saúde, o Hospital Meridional e Hospital Anchietta estão submetidas são: • Hospital Meridional - 1ª Emissão de Debêntures A distribuição de dividendos não deve ser superior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A relação entre dívida financeira líquida/EBITDA deve ser igual ou inferior a 3,0 a partir de 2020, até o vencimento do contrato. O Hospital Meridional se encontra adimplente com seus covenants. • Hospital Anchietta - 2ª Emissão de Debêntures. A relação entre a dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou inferior a 4,0 durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. O Hospital Anchietta se encontra adimplente com seus covenants. • Kora Saúde - 1ª Emissão de Debêntures 1ª e 2ª série A relação entre a dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou inferior a 4,0 durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Kora Saúde se encontra adimplente com seus covenants. **3.3. Mensuração do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). **(a) Estimativa do valor justo em combinação de negócios:** O valor justo dos ativos em combinação de negócios foi estimado considerando a marca, acordo de não competição (*non-compete*) e os ativos imobilizados da

KORA SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

adquirida. Para avaliação do ativo a valor justo da marca, foi utilizado a metodologia *Relief from Royalty - R/R* (o princípio básico do método R/R é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deve realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso dele. Com a aquisição deste ativo, a empresa eliminaria esses pagamentos). Para a análise do *non-compet* a metodologia utilizada foi o *With or Without (Wow)* que é uma abordagem de renda que mede o valor de um ativo com base na diferença no valor justo de uma empresa que possui o ativo e uma empresa hipotética que não possui o ativo. Para determinação do valor justo do imobilizado foram utilizados os preceitos das normas vigentes, em que a valorização dos ativos teve como base cotações de preços de bens novos junto aos respectivos fabricantes. Sobre esses preços, foram adicionadas as parcelas de instalação/montagem, frete/seguro, administração, tubulações, automação e projetos de engenharia (quando aplicável), determinando assim a concepção atual de cada ativo, separadamente ou em conjunto, quando aplicável. Para o imóvel, o valor justo considerado foi o seu valor de locação, considerado valor justo por meio da análise de preço de mercado. O valor justo do acordo de contas a pagar em combinação de negócios foi estimado aplicando-se a abordagem de mercado e está classificado como nível 2 da hierarquia do valor justo. Trata-se da mensuração de valor justo do Nível 2. Presupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A Kora reconhece a dívida com combinação de negócios e o ativo, oriundo de combinação de negócios, a valor justo (classificados como Nível 2). A tabela abaixo apresenta a posição do passivo da Companhia mensurado a valor justo:

Em 31 de dezembro de 2022				
Passivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Contas a pagar em combinação de negócios	-	630.373	-	630.373
Total do passivo	-	630.373	-	630.373
Em 31 de dezembro de 2023				
Passivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Contas a pagar em combinação de negócios	-	350.954	-	350.954
Total do passivo	-	350.954	-	350.954

Não houve transferência entre os níveis durante o exercício. A tabela a seguir apresenta as alterações dentro dos passivos de Nível 2 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Contas a pagar em combinação de negócios	
31 de dezembro de 2023	521.533
Aquisição da Gastroclínica	66.493
Aquisição do Hospital São Mateus	71.845
Aquisição da DKP Saúde	8.260
Aquisição do Inst. Neuro	2.002
Aquisição da Otsosaut	1.221
Aquisição do CGOT	(2.944)
Aquisição da Angio	(661)
Atualizações monetárias	(22.613)
Reduções por liquidação	(14.763)
31 de dezembro de 2022	630.373

Saldo final em 31 de dezembro de 2022	630.373
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	630.373
Atualização da parcela diferida	69.208
Ajuste de parcela diferida	(3.528)
Redução por compensação	(327.046)
Reduções por liquidação	(18.053)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	350.954
(b) Estimativa do valor justo em combinação de negócios: A tabela abaixo apresenta o valor contábil dos ativos e passivos consolidados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:	

3.4. Instrumentos financeiros por categoria:

Controladora		Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros			
Ativos ao custo amortizado			
Recursos em banco e em caixa - Nota 6	90	275	9.778
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	-	-	806.601
	90	275	816.379
Passivos financeiros			
Empréstimos financeiros e debêntures (Nota 19)	- 2.007.918	- 2.007.918	- 2.031.040
Contas a pagar em combinação de negócios (Nota 17)	- 350.954	- 350.954	- 630.373
Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios.			

Controladora		Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros			
Ativos ao custo amortizado			
Recursos em banco e em caixa - Nota 6	90	275	9.778
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	-	-	806.601
	90	275	816.379
Passivos financeiros			
Empréstimos financeiros e debêntures (Nota 19)	- 2.007.918	- 2.007.918	- 2.031.040
Contas a pagar em combinação de negócios (Nota 17)	- 350.954	- 350.954	- 630.373
Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios.			

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros			
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Depósitos bancários de curto prazo - Nota 6	75.034	655.916	350.080
	75.034	655.916	350.080
Passivos financeiros			
Empréstimos financeiros e debêntures (Nota 19)	- 2.007.918	- 2.007.918	- 2.031.040
Contas a pagar em combinação de negócios (Nota 17)	- 350.954	- 350.954	- 630.373
Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios.			

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros			
Ativos ao custo amortizado			
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	18.872	13.764	374.721
Contas a pagar com partes relacionadas	106.236	490.673	-
Passivos de arrendamento	3.670	-	737.052
Contas a pagar por aquisição	-	-	350.954
Empréstimos	764.879	765.575	2.007.918
	893.657	1.270.012	3.470.645

4. Julgamento, estimativa e premissas contábeis materiais

4.1. Julgamentos críticas na aplicação das políticas contábeis: **(a) Reconhecimento de receita:** A política adotada para o reconhecimento da receita são os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes e *IFRS 15*, que consiste na entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Kora atua no ramo de prestação de serviços hospitalares, a receita é oriunda dessa prestação de serviços e seu reconhecimento é realizado com base nos serviços executados até a data finda do período contábil. As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o ponto em que não há mais serviços necessários, o momento da alta. Quando este procedimento utiliza mais de um período, é realizado a medida parcialmente pela competência. As principais obrigações de desempenho e o respectivo reconhecimento são:

Obrigações de desempenho A receita é reconhecida ao longo do tempo em relação aos serviços prestados, na medida em que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Kora durante a permanência do paciente. **Reconhecimento** A receita é reconhecida ao longo do tempo, pois os serviços são executados de acordo com o uso. **Procedimentos cirúrgicos** A receita é reconhecida no momento em que o medicamento e/ou material hospitalar é dispensado ao cliente, ou seja, conforme o paciente consome o produto. **Aplicação de medicamentos e uso de materiais hospitalares** A receita é reconhecida no momento da realização do procedimento no paciente. **Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT)** O preço da transação é determinado com base nas taxas *fee-for-service* (modelo de remuneração funcional e baseado no serviço executado) dos serviços prestados ou nos pacotes que reúnem um conjunto de serviços prestados (pacotes ou diária global). Caso a taxa por serviços (*fee-for-service*) seja determinada como o preço de transação em contrato, configura que tudo o que for utilizado no atendimento hospitalar, incluindo materiais hospitalares, medicamentos e serviços, sendo utilizada no reconhecimento da receita e, consequentemente, faturada. Nesse formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das internações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Quando a modalidade do preço é determinada por pacotes, que envolvem serviços preestabelecidos e valores fixos, serão reconhecidos independentemente do paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato. Para os pacientes particulares é necessário a realização de um co-pagamento ou de um depósito adiantado, que é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados. Além da receita operacional, a Companhia reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência. **Contraprestação variável:** A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com o CPC 47. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato ou calculada pela melhor estimativa do período. **4.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir: **(a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período; **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Anualmente a Companhia através de seus assessores técnicos e independentes, avalia a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. O teste consiste em avaliar a capacidade de aproveitamento do ativo diferido ao período de cinco anos, através da análise do fluxo de caixa projetado; **(c) Taxas incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** A Kora utiliza a taxa incremental de juros (*Incremental Borrowing Rates - IBR*) de empréstimo do arrendatário como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes, sendo os recursos necessários para obter o ativo com o valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utilizando preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua

taxa incremental de empréstimo. A adoção da IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Kora adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: **(a)** ativos de naturezas similares e **(b)** prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares; **d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** No mínimo uma vez ao ano, a Kora testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, conforme apresentada, vide nota 15. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios sobre os exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022 mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda; **(e) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida com redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada; e **(f) Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Restruuturação e combinação de negocios	
Combinações de negócios ocorridas em 2022: A seguir, apresentamos os valores de ativos líquidos identificáveis e de ágio de expectativa de rentabilidade futura para combinação de negócios. (a) Serviços Hospitalares Yuge S.A. (Hospital São Francisco de Brasília - HSFB):	
Adquirente	Itapuã Participações Ltda.
Adquirida	Serviços Hospitalares Yuge. S.A. (Hospital São Francisco de Brasília - HSFB
Local	Brasília - DF - Brasil
Data do controle	31/01/2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	100.00%
(b) Instituto de Radioterapia de Taguatinga (IRT):	
Adquirente	Itapuã Participações Ltda.
Adquirida	Instituto de Rediolterapia Tabatinga Ltda.
Local	Brasília - DF - Brasil
Data do Controle	08/04/2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	100.00%
(c) Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda. (IDE):	
Adquirente	Laranjeiras Participações Ltda.
Adquirida	Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda.
Local	Serra - ES - Brasil
Data do Controle	01/04/2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	100.00%
(d) Gastroclínica Diagnóstico por Imagem Ltda. (GDI):	
Adquirente	Otoimagem Diagnósticos S.A.
Adquirida	Gastroclínica Diagnósticopor Imagem Ltda.
Local	Fortaleza - CE - Brasil
Data do Controle	01/08/2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	89.00%
(e) Centro de Cardiologia e Radiologia Intervencionista Ltda. (CCRI):	
Adquirente	Ilha do Boi Participações Ltda.
Adquirida	Centro de Cardiologia e Radiologia Intervencionista Ltda.
Local	Aparecida de Goiânia - GO - Brasil
Data do Controle	01/09/2022
Porcentagem de participação acionária com direito a voto adquirida	100.00%
Informações sintetizadas por ano (consolidado):	
	2022
Parcela à vista	275.585
Parcela a prazo	83.328
Total da contraprestação transferida	358.913
Total de ativos líquidos identificáveis	248.047
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)	110.866
Total da contraprestação transferida	358.913
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	6.092
Estoques	4.041
Duplicatas a receber e outros créditos	28.017
Tributos a recuperar	251
Adiantamentos	1.828
Outros créditos	1.019
Investimento em coligadas	930
Ativo imobilizado	61.070
Ativo imobilizado - mais valia	188.151
Ativo intangível	196
Marcas registradas (incluídas em intangíveis)	60.299
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(26.592)
Obrigações trabalhistas	(11.519)
Obrigações tributárias	(7.917)
Empréstimos	(53.392)
Adiantamento de clientes	(477)
Outras obrigações	(718)
Partes relacionadas (passivo)	(1.105)
Provisões para contingências	(748)
Impostos diferidos (passivo)	(1.536)
Total de ativos líquidos identificáveis	247.890
Participação de acionistas não controladores	157
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)	110.866
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura), ajustado.	110.866
Ganho proveniente de compra vantajosa	-
	358.913

1905 Kora Saude - 2023 - 2022 - A Tribuna - 2.pdf

Código do documento: 1905



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

29 fev 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 1905

Criado por: Melissa Roncetti **Email:** arte@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-02-29T00:02:59-03:00

29 fev 2024, 00:02:59 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-02-29T00:02:59-03:00

29 fev 2024, 00:02:59 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-02-29T00:02:59-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 9ad57921938e0796f7fa291f2078c4c48f66eb2f1b17acfcbbb1f8b1bd3da00e

[SHA512]: 75f06243c69bcd463957584d47e6de95aa10dbcea3316d394170a1079ad1017f1243807060f53f081b44e282d3f5761ff8ee631829fb54728ef8cfe1b32a4b12

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB